



**EXCELENTESSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) PRESIDENTE DA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO
GONÇALO DO AMARANTE/CE.**

RAZÕES DO RECURSO

Edital de Pregão Eletrônico

Processo Administrativo nº PE 027.2025-DIV

REVENDA DE GAS RABELO LIMA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito sob o CNPJ nº 15.457.116/0001-21, situado a rua Avelan, 15, Palestina, São Gonçalo do Amarante/CE. Representada por ANTONIA ELISANJELA RABELO CARNEIRO LIMA, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 200010577506 SSPDSCE, devidamente inscrito sob o CPF nº 957.216.653-00, residente e domiciliada a Rua Eretides Martins, nº 270, Centro de São Gonçalo do Amarante/CE., CEP: 62.670-000,. Vem respeitosamente a Vossa Excelência requer **RECURSO ADMINISTRATIVO**, frente à respeitável Decisão do Certame Licitatório.

I - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

Trata-se de licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Registro de Preço visando a eventual e futura aquisição de recarga de gás liquefeito de petróleo GLP, Carga de 13kg, e de vasilhames de botijão de gás de 13kg destinados atender as necessidades de diversas secretarias do Município de São Gonçalo do Amarante/CE, conforme condições, qualidades e exigência estabelecidas no Edital.

II - DA TEMPESTIVIDADE E PRESSUPOSTOS PARA APRESENTAÇÃO DO PRESENTE RECURSO

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação de recurso administrativo contra ato ou lavratura da ata é de 3 dias úteis, contados da intimação, assim como, consignado no **Item 2.2 do Edital Licitatório**. No caso em tela, o certame, ora recorrente, se deu no dia 17 e 18 de junho 2025, logo, o prazo final para a sua apresentação se dá em 25/06/2025, ou seja, contando com o feriado de Corpus Cristi, ponto facultativo Municipal e o Final de Semana, o presente recurso é tempestivo.

III - DAS RAZÕES RECURSAIS.

O presente Certame se deu por dois itens e empresas credenciadas. Donde o primeiro Item se iniciou com a empresa PEIXOTO melhor classificada (melhor proposta), restando as duas outras participantes (empresa RABELO e empresa GRANGAZ) empata das.

Iniciada a fase de lances, a empresa PEIXOTO deu um lance, as outras duas empresas empata das não se manifestaram. Com isso a empresa PEIXOTO foi declarada vencedora, e desclassificada por exeqüibilidade.

Contudo, com a desclassificação da Empresa PEIXOTO, a Empresa RABELO e Empresa GRANGAZ que se encontravam empata das com a mesma proposta foram para o critério de desempate, prevalecendo o DIREITO DE PREFERÊNCIA da Empresa RABELO Declarada Vencedora e Habilitada no Item 1, conforme Edital e art. 44 da Lei Complementar 123/2006.

Iniciado o Item 2, todas as empresas participantes restaram empata das com a mesmo valor de proposta. O sistema assinalou “não”, referente porte da empresa PEIXOTO, que mesmo assim foi declarada vencedora.

Entretanto, foi requerido o prazo Recursal, como assim, passa a expor:

Preliminarmente, devemos trazer à baila a informação de desclassificação da empresa COMERCIAL DE GÁS PEIXOTO, quando da análise do Item “Botijão para Gás”, não cumprimento dos requisitos do edital, restou a desclassificação, inviabilizando a participação referente ao item 1.

Ainda, forçoso registrar que aquele que participa da licitação tem o dever jurídico de atentar para todas as suas exigências.

Portanto de acordo com Lei das Licitações e Edital, a empresa COMERCIAL PEIXOTO, restaria impedida no prosseguimento no item 2, restando também verificado a assinalação do campo “não”. Conforme **item 4.6.1 do Edital e art. 59 da Lei 14.133/2021**, Vejamos:

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

Fase de lances do item 2 - Gás refinado de petróleo					
		Classificação		Histórico	
Colocação	Participante	Porto ME/EPP/MDI	Valor ofertado	Situação	
1º	COMERCIAL DE GÁS PEIXOTO LTDA	NÃO	R\$ 123,23	Desclassificado vencedor	
2º	REVENDA DE GÁS EIRELÓ LIMA LTDA	SIM	R\$ 123,23	Aberto	
3º	GRANJAZZ LTDA	SIM	R\$ 123,23	Aberto	

No que tange ainda, o item 2, restou sinalizado a desclassificação do COMERCIAL DE GÁS PEIXOTO, em cor vermelha as 13:34min. Foi anulada a desclassificação as 13:49min. conforme sinalizado de cor amarela.

Fase de lances do item 2 - Gás refinado de petróleo							
		Classificação		Julgamento / Habilitação / Resultado			
Participante	Valor referência	Quantidade	Valor ofertado	Valor total	Econômico	Data/hora	Situação
COMERCIAL DE GÁS PEIXOTO LTDA	R\$ 123,23	5945,0	R\$ 123,23	R\$ 732.602,35	0,00%	10/06/2023 às 09:45:35	Desclassificado vencedor
COMERCIAL DE GÁS PEIXOTO LTDA	R\$ 123,23	5945,0	R\$ 123,23	R\$ 732.602,35	0,00%	10/06/2023 às 09:44:58	Desclassificado
COMERCIAL DE GÁS PEIXOTO LTDA	R\$ 123,23	5946,0	R\$ 123,23	R\$ 732.602,35	0,00%	10/06/2023 às 09:44:59	Desclassificado
REVENDA DE GÁS EIRELÓ LIMA LTDA	R\$ 123,23	5946,0	R\$ 123,23	R\$ 732.602,35	0,00%	10/06/2023 às 13:34:38	Comentário feito pelo participante cancelado

Revenda de Gás Rabelo Ltda.		Comercial de Gás Peixoto Ltda.		Gás Peixoto Ltda.	
Item	Quantidade	Unidade	Valor referência	Valor ofertado	Valor negociação
1 - Butano, Puro Gás	85,0	Lp	R\$ 205,40	R\$ 205,40	R\$ 205,40
2 - Butano, Puro Gás	85,0	Lp	R\$ 205,40	R\$ 205,40	R\$ 205,40
3 - Butano, Puro Gás	85,0	Lp	R\$ 205,40	R\$ 205,40	R\$ 205,40

Vejamos que conforme sistema eletrônico, restou empatado as respectivas empresas participantes (valor ofertado), o sistema indicou o campo “não”, o que impediria declaração de vencedor, e consequentemente aos olhos da comissão declararia com vencedor o Recorrente.

Todas as empresas participantes restaram empatadas (valores ofertados) no critério “Gás refino de petróleo”, conforme **Item 1.3 do Edital** o critério de julgamento adotado seria o Menor Preço por Item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o Menor Preço por Item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

DO DIREITO DE PREFERÊNCIA. A empresa Recorrente se encontra localizada no Município de São Gonçalo do Amarante/CE, local da prestação do serviço, enquanto as demais empresas participantes restam localizadas em municípios distintos. Vejamos como comparativo e análise a empresa Gás Peixoto, que esta localizada no Centro de Jaguaribe/CE.:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO: 04.248.030/0001-72 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL
NOME EMPRESARIAL: COMERCIAL DE GAS PEIXOTO LTDA	DATA DE ABERTURA: 12/01/2001
TIPO DE ESTABELECIMENTO (INSCRIÇÃO FANTASIA): COPEL	PORTA: EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL: 47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS: 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATURALEZA JURÍDICA: 206-2 - Sociedade Empresária Limitada	
LOGRADOURO: R BENICIO DIGENES	Número: 1001
CEP: 63.475-000	COMPLEMENTO: *****
Bairro/Distrito: CENTRO	Município: JAGUARIBE
	UF: CE

No que tange a Lei e o Edital, deve fazer cumprir o exercício do direito de preferência da Empresa REVENDA DE GÁS RABELO quanto à

localização, conforme **Item 6.19 e Item 6.20.2.1 do Edital e artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.**

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação dos valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como os demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), i entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

Por fim, Douto Julgador. Aguardamos aplicabilidade da Lei e do Edital Licitatório. Nossa Jurisprudência Pátria assim vem decidindo:

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR DE PERDA DO OBJETO DA AÇÃO REJEITADA. As autoridades apontadas como coatoras foram pessoalmente notificadas a prestar informações nesta ação mandamental, restando observada, assim, a regra do art. 7º, inc. I, da Lei nº 12.016/09. A homologação e a adjudicação do objeto do certame licitatório não conduzem à perda do objeto do mandado de segurança em que se questiona a legalidade do processo de licitação. Precedente do STJ. Preliminar rejeitada. **PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇO. INABILITAÇÃO DO IMPETRANTE. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. ILEGALIDADE NÃO VERIFICADA. LIÇÃO DOUTRINÁRIA.** Por força do princípio da vinculação ao ato convocatório, previsto no art. 3º da Lei nº 8.666/93, não pode a Administração deixar de cumprir as normas estipuladas no edital de licitação publicado e nem o particular descumprir as exigências nele previstas, para concorrer no certame. “In casu”, não se flagra ilegalidade na inabilitação da empresa imetrante, porquanto apresentou atestado de capacidade técnica certificado por entidade de classe diversa daquela mencionada especificamente no Edital do processo licitatório. Ausência de direito

líquido e certo. Denegação do “mandamus”. Sentença confirmada. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível, Nº 70074030214, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Miguel Ângelo da Silva, Julgado em: 30-05-2018) **GRIFO NOSSO.**

Assim como amplamente fundamentado e demonstrado acima, que a Administração não pode deixar de cumprir as normas estipuladas no edital de licitação publicado e nem o particular descumprir as exigências nele previstas.

Dessa forma, ante ao não atendimento da exigência contida no instrumento convocatório, requer-se a DESCLASSIFICAÇÃO/INABILITAÇÃO da licitante vencedora, sob pena de a Administração acarretar desigualdade na disputa e consequente prejuízo a licitante recorrente.

Além disso, a recente Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, estabelece no seu art. 155, como uma das hipóteses de irregularidade passível de sanção. Tendo o licitante ou o contratado seja responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações. A licitante DECLASSIFICADA deverá ser sofrer as sanções da Lei.

IV - DO PEDIDO

Por todo o exposto, requer, Nobre Julgador receber o presente recurso administrativo, uma vez que preenche os requisitos legais;

- a) O Provimento dos pedidos, para que torne a RECORRENTE DECLARADO VENCEDOR NO ITEM 2, verificada a desclassificação do concorrente. Resta fundamentado tal pleito com base nos item 4.6.1 do Edital e art. 59 da Lei 14.133/2021, CONFIRMANDA A DESCLASSIFICAÇÃO E IMPEDIMENTO, da empresa COMERCIAL GÁS PEIXOTO. Vez que, restou sinalizado, junto ao próprio sistema a palavra “não” e a confirmação da desclassificação em cor vermelha;
- b) Contudo, acreditando que Vossa Excelência, possa aplicar a lídima justiça, que ainda em relação ao Item 2 restar verificado o EMPATE DAS EMPRESAS PARTICIPANTES (valor da oferta e caso as empresas fosse enquadradas do mesmo porte), seja adotado o critério desempate conforme o Item 6.19 e 6.20.2.1do Edital e artigos 44 c/c a Lei Complementar nº 123/2006. DIREITO DE PREFERÊNCIA, com o fundamento de que a empresa Recorrente se encontra encravada no Município Licitante.



a) Por fim, seja DECLARADA VENCEDORA A RECORRENTE, nos itens "Botijão para Gás" e "Gás Refino de Petróleo.

Nestes Termos,
Pede e espera Deferimento.

São Gonçalo do Amarante/CE, 24/06/2025.

Antônio Elizanuel Rabelo C. Lima
REVENDA DE GAS RABELO LIMA LTDA - ME
(Sócia Administradora – Recorrente)